



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MORADIA POPULAR EM TERESINA (PI)

Ângela Oliveira Vieira

Mestranda em Geografia, PPGGEO/UFPI. Bolsista pela FAPEPI/CAPES.
E-mail: angelavieira14@gmail.com

Antonio Cardoso Façanha

Docente da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí.
E-mail: facanha@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

Costumeiramente o processo de produção e reprodução do espaço urbano é estudado pela ciência geográfica e por diversas áreas do conhecimento, tendo em vista sua diversidade de análise. Sendo, portanto, considerado como uma das bases de discussão para o entendimento da dinâmica da cidade, uma vez que o mesmo configura-se como resultado de lutas constantes. Logo, compreendê-lo é um exercício importante e fundamental para todos que o habitam.

Corrêa (2000) apresenta, em termos gerais, várias abordagens possíveis de análise para o entendimento do espaço urbano. Dentre tais, faz-se uso nesta pesquisa a que o considera como lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância significativa. O mesmo autor destaca que a cada transformação ocorrida no espaço urbano faz-se necessário considerar que este se mantém simultaneamente, fragmentado e articulado, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham sido alteradas.

Neste contexto, esta pesquisa versa sobre o espaço urbano, de modo específico, ao espaço urbano de Teresina sendo este relacionado ao processo de produção de moradia popular nesta cidade. Convém destacar que no âmbito desta pesquisa, o termo moradia popular refere-se a um tipo de moradia (casa física) destinada à população de baixa renda, uma vez que a mesma, não possuem recursos suficientes para adquirir moradia através do mercado imobiliário vigente.

Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, uma discussão acerca da urbanização no Brasil relacionando-a com o processo de expansão e produção do espaço urbano, tendo em vista que impulsionado pela rápida industrialização este processo, no Brasil,

se intensifica a partir da década de 1950 desencadeando uma série de implicações para a sociedade. Vale lembrar que desde sua origem este processo tem sido marcado pelo difícil acesso a moradia, sobretudo, pela população de baixa renda e a “rapidez” com as cidades passaram a crescer tem se configurado como uma das consequências, tendo em vista que o grande contingente de pessoas que continuamente tem se deslocado para a cidade, não encontram condições adequadas para moradia, isso porque, a demanda tem superado os investimentos em infraestrutura, habitação e outros, fato que tem contribuído para o aumento de conflitos relacionados à moradia no espaço urbano.

Concernente a esta discussão, a presente pesquisa caracteriza-se como uma síntese de parte da dissertação em curso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e tem como objetivo, analisar a produção do espaço urbano sob o enfoque da moradia popular em Teresina. Ressalta-se ainda, que a mesma se justifica tendo em vista a importância dos estudos sobre o espaço urbano na constante busca de se entender a dinâmica das cidades.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos foram divididos em dois momentos. O primeiro constitui-se de revisão bibliográfica utilizando-se de autores como Corrêa (2000) para a discussão sobre espaço urbano. Além de outros autores, como Façanha (1998; 2003); Lima (2010a; 2010b); Rodrigues Neto (2005); Viana (1999) para discutir a cidade de Teresina e a questão da moradia popular nesta cidade.

No segundo momento, realizou-se pesquisas em órgãos do governo do Estado como a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí (ADH) e Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGEPI), assim como no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT). De posse dos dados, os mesmos foram analisados no intuito de validar a proposta da pesquisa. Após esta etapa produziu-se gráfico e mapa no intuito de espacializar os dados pesquisados.

URBANIZAÇÃO E O ESPAÇO URBANO TERESINENSE

A urbanização brasileira caracteriza-se como um fenômeno recente se comparado a outros países, sobretudo, os de economia desenvolvida. De acordo com

Silva (2010, p.26) a urbanização “[...] não se trata de um mero crescimento das cidades, mas de um fenômeno de concentração urbana” e este processo é um fenômeno característico da sociedade industrializada. Vale ressaltar que a urbanização no Brasil se intensifica partir da década de 1950, porém, o país torna-se efetivamente urbano a partir da década de 1970 quando a população urbana supera em mais de 50% a população rural.

Neste contexto, sabe-se que o intenso crescimento populacional urbano no Brasil aliado a outros fatores, tem provocado grandes mudanças territoriais no país, sobretudo, um déficit habitacional. Embora o poder público tenha realizado algumas intervenções a partir de programas habitacionais, de cunho popular, ainda é real o elevado déficit habitacional no país, que de acordo com a fundação João Pinheiro (2015), em 2013, corresponde a 5,846 milhão de domicílios. Ao discutir as necessidades habitacionais no Piauí, Pontes *et al* (2010, p. 62) revela que

O conceito de déficit habitacional está diretamente ligado à carência do estoque de moradias, ou seja, corresponde ao total de unidades habitacionais que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas. O déficit está dividido em quantitativo, que representa a necessidade de construção de novas unidades habitacionais, e qualitativo, que representa aquelas habitações que precisam de melhorias de infraestrutura.

Deste modo, verifica-se que atualmente um dos grandes problemas relacionado aos ambientes urbanos diz respeito justamente ao adensamento populacional das cidades. Assim como as demais capitais, Teresina tem sentido os efeitos deste processo como revela Viana (1999), ao destacar que o crescimento das cidades brasileiras, aliado a carência de políticas públicas eficazes, em conjunto com outros fatores, tem provocado mudanças territoriais e socioeconômicas no Brasil que diretamente estão relacionadas com a desigualdade social e com o déficit habitacional.

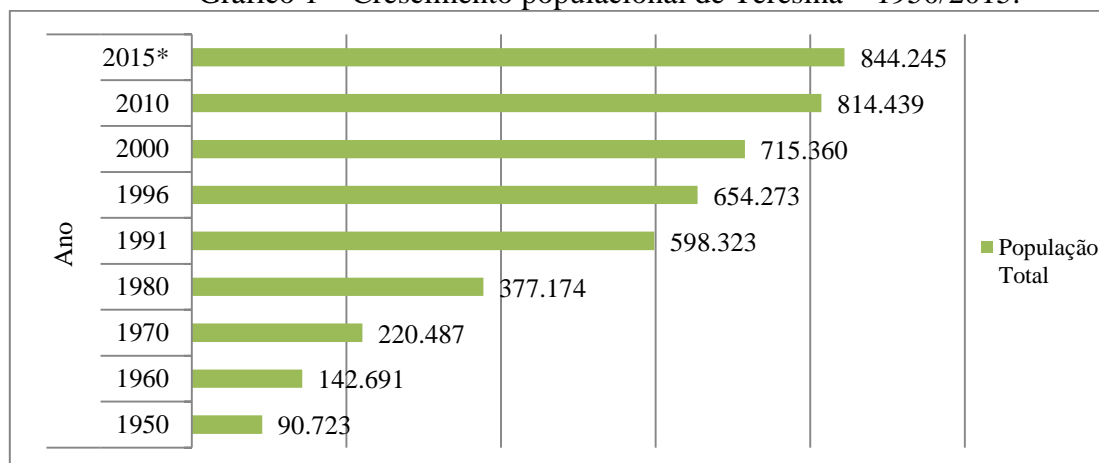
A partir de vários estudos sobre Teresina como, Moreira (1972), Abreu (1983), Façanha (1998), Melo (2009), Lima (2010a; 2010b), e outros de igual grau de importância, verifica-se que a cidade de Teresina ao longo de sua história tem sido modificada a partir de vários aspectos, sobretudo, suas formas espaciais. E que o setor

habitacional configura-se como um dos principais responsável pela modificação espacial da capital.

Fundada em 16 de agosto de 1852 perante um discurso de modernização, a nova capital trazia, em sua origem, uma vocação urbana (LIMA, 2010b). Porém, a mesma autora revela que até a primeira década do século XX, Teresina não exibia sinais de urbanidade e modernidade como era previsto desde sua fundação, o que prevalecia até então eram os traços das cidades coloniais brasileiras. Infere-se que, o processo de urbanização em Teresina ganha impulso somente a partir da década de 1950.

De acordo com o Censo de Vilas e Favelas (1996, p. 13) “a apropriação do espaço urbano em Teresina, até a década de 1940, ocorreu de forma lenta e concentrada [...]”. Abreu (2011) ressalta que um dos marcos de crescimento da cidade ajusta-se a política de construção dos conjuntos habitacionais que teve início na década de 1960. E que as políticas públicas implementadas, a partir da década de 1950, em conjunto com outros fatores contribuíram de forma significativa para um maior incremento populacional em Teresina (gráfico 1). Atualmente o município configura-se como o mais populoso do Estado, registrando em 2015, aproximadamente, 844.245 habitantes.

Gráfico 1 – Crescimento populacional de Teresina – 1950/2015.



Fonte: Lima (2010a); IBGE (2010) e estimativa da população de 2015.
 População estimada*

Diante do exposto, sabe-se que o crescimento populacional em conjunto com outros fatores, provoca mudanças territoriais de diversas naturezas, sobretudo, questões relacionadas ao acesso à moradia formal. Frente a este cenário, verifica-se que as formas de apropriação do espaço urbano ganham maior complexidade. Lima (2010b)

destaca que a política de integração nacional imprimiu facetas importantes no espaço urbano teresinense. E que em razão da nova configuração que adquirira, dado os investimentos públicos federais e estaduais, o processo de expansão urbana da cidade dar-se conjuntamente ao crescimento do setor de serviços e aumento do fluxo migratório.

MORADIA POPULAR EM TERESINA

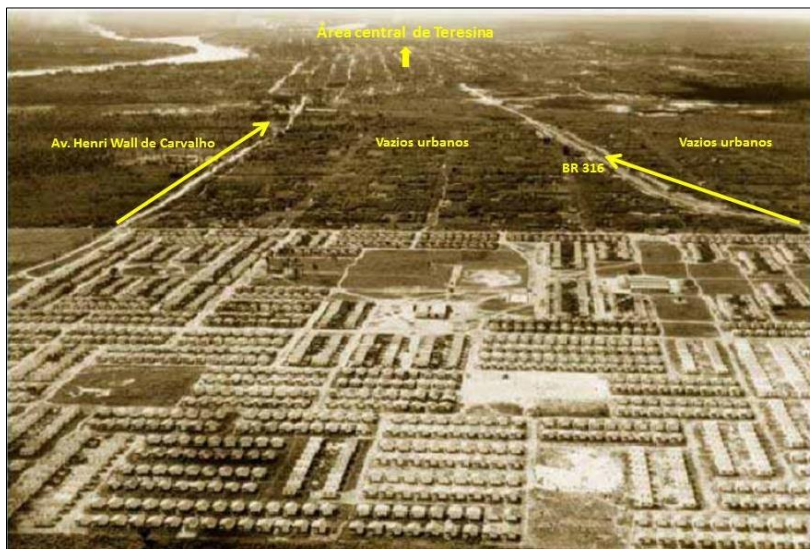
Até a década de 1950, Teresina apresentou um gradativo crescimento populacional e as ações referentes ao setor habitacional, a partir da década de 1960, tiveram grande destaque. Ações estas que foram executadas por agências estaduais ou municipais. Quanto ao Estado do Piauí, a COHAB/PI foi um dos principais agentes públicos responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais (LIMA, 2010b).

De acordo com Façanha (2003, p. 2) “o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, foi um forte indutor da dinâmica urbana [...]”. Dentre as iniciativas do governo federal, à época, sobressai-se a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, tendo como prioridade uma política de habitação a partir da construção de conjuntos habitacionais.

Em Teresina, esta política começa a se concretizar a partir de 1966. O destaque deste período foi a construção do Parque Piauí concluído em 1968 (figura 1) apresentando o maior número de unidades (2.294) de um total de 2.950 unidades distribuídas entre os cinco conjuntos habitacionais construídos nesta década (figura 2). Destes, quatro localizam-se na zona Sul (Tabuleta, São Raimundo, Monte Castelo e Parque Piauí), com exceção do Primavera que se localiza na zona Norte da capital.

Convém ressaltar que o Parque Piauí foi construído distante (cerca de 7 km) do centro da cidade. Lima (2010a, p. 35-36) ressalta que em virtude deste distanciamento esta construção possibilitou a existência de grandes “espaços vazios” entre o conjunto e a área central de Teresina “[...] cujo desenho foi-se compondo de áreas densamente habitadas [...] e de vastas propriedades ociosas, beneficiadas com a extensão de redes de serviços até o Conjunto”, fomentando assim, a especulação imobiliária.

Figura 1 – Conjunto habitacional Parque Piauí, zona Sul de Teresina – 1968.



Fonte: SEPLAM/PMT. In: Melo (2009). Adaptações, Vieira (2016).

Segundo Crisanto (2002) em virtude da ausência, à época, de políticas de uso e ocupação do solo urbano, os espaços vazios em torno do Parque Piauí, como também de outros conjuntos, foram progressivamente ocupados, em geral por população migrante. Crisanto (2002, p. 48) destaca ainda que a partir de 1964 o governo federal criou, “[...] vários instrumentos de intervenção nas cidades brasileiras”. Em Teresina, diante da conjuntura o qual a cidade se encontrava, houve a necessidade da elaboração de estudos e planos de ordenação da cidade, sendo que, em 1969 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).

Como reflexo do revigoramento das Companhias de Habitação (COHABs) em todo o país, através de novos financiamentos para a casa própria, a década de 1970 marca o espraiamento de conjuntos habitacionais em Teresina (FAÇANHA, 1998).

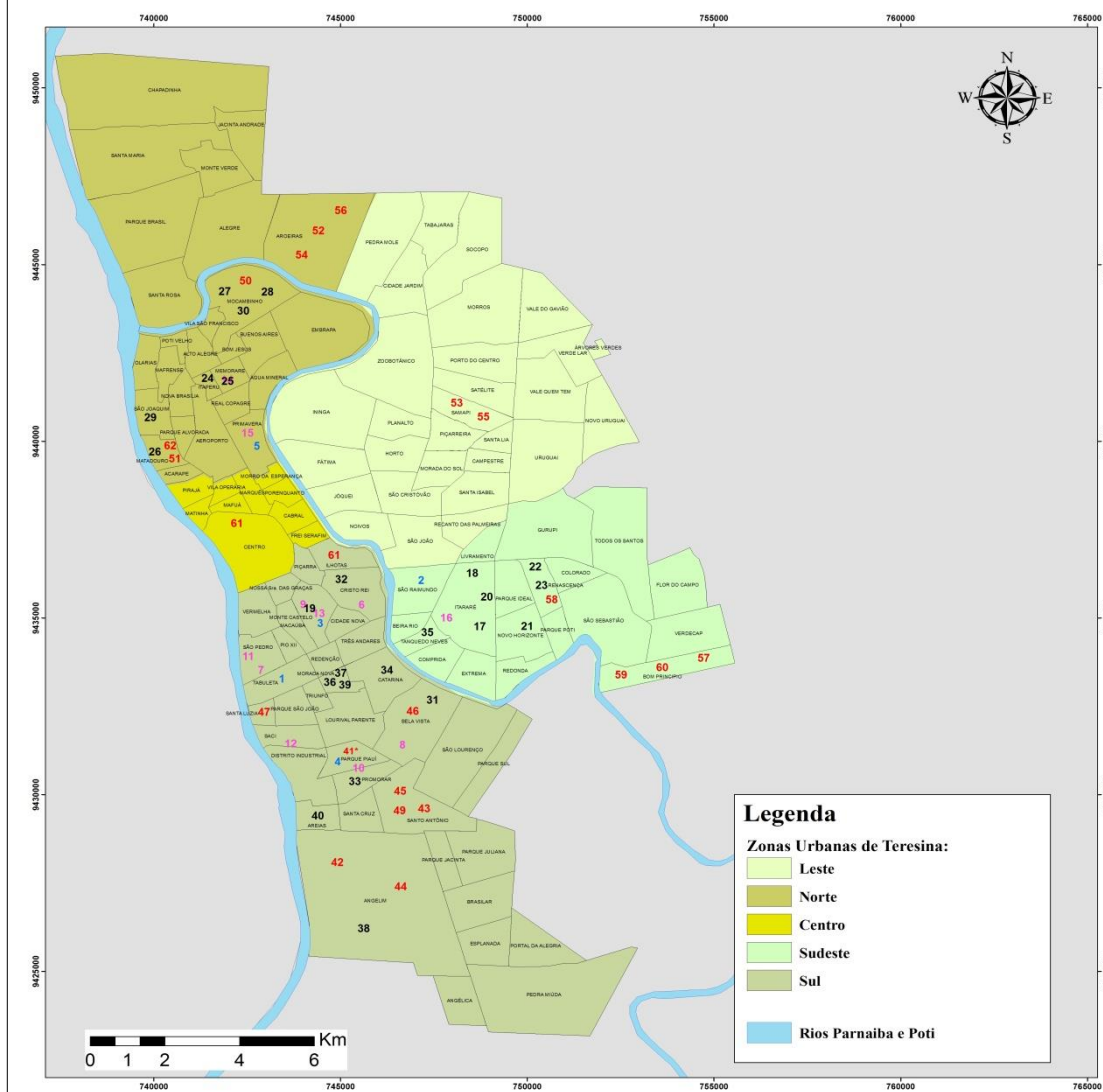
Nesta década foram construídos onze conjuntos habitacionais (figura 2), distribuídos em três zonas da cidade (Norte, Sul e Leste), totalizando 7.043 unidades sendo os mais expressivos, o conjunto Itararé (3.040), o Saci (2.034) e o Bela Vista I (912). É a partir desta década que se intensifica o processo de descentralização espacial da cidade e as contradições sociais adquirem outras proporções. Em virtude disso, o governo municipal a partir de 1975 passa a intervir de maneira mais incisiva no cenário urbano, fato que culminou na elaboração, em 1977, do I Plano Estrutural de Teresina (I PET), objetivando o uso e ocupação do solo urbano (FAÇANHA, 2003).

Rodrigues Neto (2005, p. 23) destaca que apesar da realização “[...] de grandes investimentos em programas habitacionais e da elaboração de Planos e Leis para o disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano [...]” o rápido crescimento demográfico de Teresina, em conjunto com outros fatores, desencadeou uma série de reivindicações na cidade e que como consequência, acirram-se os conflitos, ensejando o aparecimento de movimentos sociais que reivindicavam por melhores condições de vida. Neste contexto, Lima (2010a, p. 74) revela que

Teresina, até meados dos anos de 1970, não se configurava como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não se evidenciara o processo de favelamento propriamente dito, o qual somente adquiriria visibilidade em fins da década ampliando-se nos anos subsequentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos.

Neste contexto, Lima (2010b) revela que o acelerado processo de urbanização e a crise econômica no país incidiram fortemente sobre as condições de vida da população de baixa renda e que o quadro se agravou ainda mais com o fechamento do BNH (1986), fato que atingiu diretamente as atividades realizadas pela COHAB/PI.

Figura 2 - Mapa dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - 1966 a 2000



Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - década de 1960				
Nº	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
1	SUL	Tabuleta	1966	118
2	SUL	São Raimundo	1966	49
3	SUL	Monte Castelo	1966	322
4	SUL	Parque Piauí	1968	2.294
5	NORTE	Primavera I	1966	187

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - Década de 1970				
Nº	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
6	SUL	Cristo Rei	1975	92
7	SUL	São Pedro	1976	66
8	SUL	Bela Vista I	1977	912
9	SUL	Stand-Tiro	1977	40
10	SUL	Ampliação do Parque Piauí	1977	500
11	SUL	São Pedro	1979	109
12	SUL	Saci	1979	2.034
13	SUL	DER	1979	70
14	NORTE	União	1977	80
15	NORTE	Primavera	1979	100
16	LESTE	Itararé	1977	3.040

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - Década de 1980				
Nº	Zona	Conjunto	Ano	Nº de Unidades
17	LESTE	Itararé II	1980	4.254
18	LESTE	Boa Esperança	1984	150
19	LESTE	Polícia Militar	1985	86
20	LESTE	Boa Esperança II	1985	104
21	LESTE	Novo Horizonte	1986	300
22	LESTE	Renascerça I	1988	900
23	LESTE	Renascerça II e III	1989	1.460
24	NORTE	Itararé	1980	354
25	NORTE	União II	1981	100
26	NORTE	Cintia Portela	1982	176
27	NORTE	Mocambinho I	1982	3.031
28	NORTE	Mocambinho II	1984	976
29	NORTE	São Joaquim	1984	624
30	NORTE	Mocambinho III	1985	1.128
31	SUL	Bela Vista II	1981	683
32	SUL	João Emílio Falcão	1982	996
33	SUL	Promessa: Angelim	1982	4.696
34	SUL	Caracina	1983	120
35	SUL	Tancredi Neves	1985	756
36	SUL	Morada Nova I	1988	584
37	SUL	Morada Nova II	1989	664
38	SUL	Angelim II	1989	264
39	SUL	Morada Nova III	1989	624
40	SUL	Santa Fé	1989	533

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI (Década de 1990)				
Nº	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
41	SUL	Protótipo/Mulherão*	1995	7
42	SUL	Dignidade I	1996	87
43	SUL	Vamos ver o Sol I	1996	334
44	SUL	Dignidade II	1996	206
45	SUL	Vamos ver o Sol II	1996	230
46	SUL	Bela Vista III	1996	422
47	SUL	Vieira Queiroz/Quero Verde	1996	640
48	SUL	Euripades Aguiar**	1997	30
49	SUL	Vamos Ver o Sol III	1997	188
50	NORTE	Mocambinho IV	1996	76
51	NORTE	Lapso Anu I	1998	16
52	LESTE	Novo Teresina I	1996	250
53	LESTE	Saturno I	1996	233
54	LESTE	Novo Teresina II	1996	74
55	LESTE	Saturno II	1997	76
56	LESTE	Novo Teresina III	1997	353
57	SUDESTE	Deus Quer I	1996	126
58	SUDESTE	Renascerça (IV etapa)	1996	223
59	SUDESTE	Deus Quer II	1997	200
60	SUDESTE	Deus Quer III	1998	327
61	CENTRO	Lapso Anu II	1998	87
62	CENTRO	Alô Teresina	1998	160

* Construção de 7 unidades habitacionais no Parque Piauí para fins de testes.
 ** Atualmente localiza-se no município de Nazaré, à época, fazia parte do município de Teresina.

Universidade Federal do Piauí
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Linha de Pesquisa: Estudos Regionais e Geomambientais
 Fonte: IBGE (2013); EMGERPI (2015)
 Sistema de Projeção: Universal Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Organizado por: Vieira (2016)
 Geoprocessamento: Amorim (2016)



Fonte: IBGE (2013); Empresa de Gestão de Recursos do Piauí – EMGERPI (2015)

No entanto, registra-se na década 1980 a construção de 24 conjuntos habitacionais (figura 2) em diferentes zonas da cidade, totalizando 23.862 unidades. Neste período, os conjuntos habitacionais caracterizam-se por apresentar um novo padrão (apartamentos) a exemplo do João Emílio Falcão, Tancredo Neves, entre outros (FAÇANHA, 1998). Mesmo com a construção de vários conjuntos habitacionais neste período, Lima (2010a, p. 50), revela que o “[...] déficit habitacional, em 1987, nos segmentos da população de baixa renda, estava estimado em 27.000 unidades”. Verifica-se assim, que a oferta de moradia não supria a demanda da população, fato que contribuiu para o aumento dos conflitos relacionados à moradia popular, em Teresina.

Segundo Façanha (2003), a década 1980 torna-se emblemática quanto ao processo de favelização tendo em vista as inundações ocorridas em 1985, em especial na zona Norte da cidade. Como consequências surgem várias ocupações de terras e os grupos atuantes neste processo passam a atuar de forma articulada com os movimentos sociais urbanos, em especial, com a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI).

Nos anos 1990 a produção da COHAB/PI foi reduzida, reflexo ainda da extinção do BNH. Segundo Lima (2010b) entre 1990 e 1994 as atividades foram paralisadas sendo retomadas em 1995. No período de 1995 a 2000 foram construídos 22 conjuntos habitacionais (figura 2) com 4.086 unidades no total.

Quanto à atuação da PMT em relação aos problemas de natureza habitacional, inicialmente as ações limitavam-se a processos de aforamento de terrenos. Segundo a Agenda Teresina 2030, com o objetivo de atender aos que não tiveram acesso aos programas habitacionais, a PMT passou a implantar programas objetivando melhorar as condições de moradia de uma parcela significativa da população. Neste contexto a Secretaria Municipal de Habitação passou a coordenar uma série de ações a exemplo de projetos, como: Morar Melhor; Casa Melhor; Minha Casa e Morar Melhor II, entre outras ações.

Convém destacar que a PMT registra em 1991, a partir de um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, um número de 56 áreas de vilas e favelas. Em 1993, o Censo de Vilas e Favelas revela que este número havia aumentado

somando-se 141 vilas e favelas. O Censo de Vilas e Favelas de 1996 indica um número de 149 áreas de moradia de baixa renda. Em 1999, o último Censo de Vilas e Favelas realizado pela PMT traz os dados mais detalhados e registra 117 Vilas, 24 Favelas e 09 Parques e Residenciais.

Diante do elevado percentual de Vilas e Favelas em Teresina, Rodrigues Neto (2005) destaca que o governo municipal deu início à urbanização das áreas de vilas e favelas, implantando em 1997 o Projeto Vila-Bairro, que tinha dentre seus objetivos realizar ações de melhoria habitacional, legalização da posse da terra e implantação de equipamentos coletivos, dentre outros.

Nos anos 2000, a expansão urbana de Teresina, no tocante as questões de moradia, tem como reflexo a atuação do setor público e privado. Quanto ao setor público destaca a atuação da ADH a partir de 2007. De acordo com Pontes *et al* (2010, p. 97) “[...] a oferta de produtos habitacionais da ADH está condicionada aos programas e linhas de financiamento do Governo Federal [...]. Vale lembrar que após a extinção da COHAB/PI, o governo criou ADH, em 2007, órgão do estado responsável pela política habitacional.

Quanto a atuação da ADH em Teresina, destaca-se o Residencial Jacinta Andrade (4.300 unidades) na zona Norte da cidade, construído pelo programa do Pró-moradia vinculado ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além deste, há outros programas com financiamento Federal, a exemplo do Minha Casa Minha Vida. No entanto, devido a pesquisa apresentar-se em andamento, alguns dados precisam ser validados para divulgação dos mesmos. Fato que inibe uma explanação detalhada, dos dados mais atuais, para este momento de discussão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o atual estágio da pesquisa aponta uma forte relação entre a dinâmica de crescimento do espaço urbano teresinense com os espaços de moradia popular. A partir dos dados levantados, até o momento, percebeu-se que as ações relacionadas à moradia popular no âmbito estadual encontram-se mais articuladas em comparação com ações desenvolvidas pela PMT. Vale ressaltar que o material analisado até este momento da pesquisa, tem dado subsídio para importantes indagações

teóricas referente a questão habitacional e o direito a moradia no âmbito urbano. Por fim, é necessário frisar que, por se tratar de um estudo em andamento, os argumentos expostos são, de fato, hipóteses de trabalho que ainda estão em processo de construção a partir da realidade abordada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves. de. **O Crescimento da Zona Leste de Teresina – um caso de segregação?** Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

_____. Teresina e sua dinâmica: bairros Dirceu Arcoverde e Mocambinho, sub-centros de teresinenses. IN: FAÇANHA, Antonio, C; SOUSA, Mário Ângelo, M. **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 19. Jul. 2014.

CORRÊA, Roberto. L. **O espaço urbano**. ed. São Paulo: Ática. 2000.

CRISANTO, Nelimária de M. S. **A política habitacional para a população de baixa renda**. Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos). Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação. Teresina, 2002.

FAÇANHA, Antonio. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais na cidade**. 1998. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

_____. **A evolução urbana de Teresina; passado, presente e...** Carta CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 31. mar. 2016.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela Cohebe: uma história de luta por habitação popular**. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010a.

_____. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização de favelas**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2010b.

MELO, Constance de Carvalho Correia Jacob. **Expansão urbana do município de Teresina e as políticas habitacionais a partir de 1966**. 2009.110f (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MOREIRA, Amélia A. N. *et al* (1972). **A Cidade de Teresina**. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, n.230.

PONTES, Daniele Regina; FRITZEN, Fabiano Milano; FARIA, José Ricardo Vargas de; BERTOL, Laura Esmanhoto; FARIA, Eduardo; PONTES, Stefania Poeta; GUSSO,



Ramon José; STUMM, Michelli Gonçalves; PILOTTO, Angela. **Proposta Metodológica**: Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí. Curitiba: Ambiens, 2009.

RODRIGUES NETO, E. X. **Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina**: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros editora, 2010.

TERESINA. **Agenda Teresina 2030**. A cidade desejada. Teresina, PI: SEMPLAN/PMT, 2014.

_____. **Censo das Vilas e Favelas** - Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência Social/PMT – 1996.

_____. **Censo das Vilas e Favelas 1999**. Teresina. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEMHUR, 2000.

VIANA, Masilene. R. **E os “sem-teto” também tecem a cidade**: As ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC. São Paulo. UFPI. Teresina, 1999.